

REQUALIFICAÇÃO URBANA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA PARTICIPATIVA DO PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA

Magaly Caldas Barros ¹
Maria Goretti da Costa Tavares ²

RESUMO

A formação territorial do Centro Histórico de Belém (CHB) é corolário de contextos sociais, políticos e econômicos decorrentes de políticas coloniais, militares e democráticas entre os séculos XVII e XX. Equipamentos urbanos como o Complexo Feliz Lusitânia são aqui ativados a fim de explorar a estratégia política de desenvolvimento espacial e social. Este artigo objetiva analisar como as requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação de práticas participativas relacionadas ao patrimônio cultural. Apresentamos o CHB e políticas de requalificação urbana como parte de um processo de valorização do espaço vinculado às práticas participativas. O atual processo de requalificação urbana vem sendo caracterizado principalmente pelas operações urbanas consorciadas e por práticas participativas oriundas da sociedade civil organizada. Esta última, se encerra no exemplo do Projeto Circular Campina-Cidade Velha, que oportuniza a ressignificação de equipamentos urbanos para instalar neles novas funções e usos, voltadas às funções econômicas ligadas ao consumo, associadas ao lazer, cultura e entretenimento, vinculado com as estratégias de participação popular com relação ao uso do espaço urbano. A crescente potencialidade da intervenção cidadã por meio da prática social tem sido explorada em diversas pesquisas nos campos do planejamento e da geografia urbana, principalmente por explorar a problemática residente na relação entre o saber especialista e a participação social. As requalificações urbanas implementadas no CHB possibilitaram a criação de práticas participativas de uso e apropriação do espaço, mesmo após intensos processos de gentrificação e segregação espacial. São aparentes na paisagem marcas deste atual estágio da apropriação democrática da cidade.

Palavras-chave: Produção do espaço, Educação Patrimonial, Centro Histórico, Participação social, Belém.

ABSTRACT

The territorial formation of the Historic Center of Belém (CHB) is a corollary of social, political and economic contexts arising from colonial, military and democratic policies between the 17th and 20th centuries. Urban facilities such as the Feliz Lusitânia Complex are activated here in order to explore the political strategy of spatial and social development. This article aims to analyze how the urban requalifications undertaken at CHB enabled the implementation of participatory practices related to cultural heritage. We present the CHB and urban requalification policies as part of a process of valuing space linked to participatory practices. The current process of urban requalification has been characterized mainly by consortium urban operations and participatory practices originating from organized civil society. The latter ends with the example of the Campina-Cidade Velha Circular Project,

¹ Doutoranda do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, magalycaldasb@gmail.com;

² Professora orientadora: Pós Doutora, Faculdade de Geografia e Cartografia, Programa de Pós Graduação em Geografia - UFPA, mariagg29@gmail.com.

which provides the opportunity for the redefinition of urban equipment to install new functions and uses in them, focused on economic functions linked to consumption, associated with leisure, culture and entertainment, linked to the strategies of popular participation in relation to the use of urban space. The growing potential of citizen intervention through social practice has been explored in several studies in the fields of planning and urban geography, mainly by exploring the problem residing in the relationship between specialist knowledge and social participation. The urban requalifications implemented at CHB enabled the creation of participatory practices for the use and appropriation of space, even after intense processes of gentrification and spatial segregation. Marks of this current stage of the democratic appropriation of the city are apparent in the landscape.

Keywords: production of space, Heritage Education, Historic Center, Social participation, Belém.

INTRODUÇÃO

A formação territorial do Centro Histórico de Belém (CHB) é corolário de contextos sociais, políticos e econômicos decorrentes de políticas coloniais, militares e democráticas entre os séculos XVII e XX. Equipamentos urbanos como o Complexo Feliz Lusitânia são aqui ativados a fim de explorar a estratégia política de desenvolvimento espacial e social em áreas patrimonializadas. Este trabalho objetiva analisar se as requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação de práticas participativas relacionadas ao patrimônio cultural, evitando o esvaziamento, insegurança e preservação de áreas centrais históricas.

As requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação dessas práticas participativas em uma escala de atuação que envolve a esfera pública na concessão de uso do espaço, gestão dos projetos urbanísticos e a esfera privada no plano do planejamento. Assim, o poder público concebe uma imagem onde o patrimônio cultural é fortalecido: a) o Projeto Circular marca seu papel de impulsionador de desenvolvimento local e b) a comunidade aparece nas pontas de interlocução.

As práticas desenvolvidas pelo Projeto Circular reconhecem nas estruturas sociais o dever do espaço sob a lógica patrimonial, tanto por sua institucionalização (espaço patrimonializado) quanto pela dimensão histórica do centro histórico percebido na agência humana da experiência comunicativa. No CHB foram evidenciadas dinâmicas de apropriação do espaço a partir da atuação do Projeto Circular, configurando novas relações entre o poder público, os moradores do CHB e da cidade de modo geral, tais como promoção de galerias de arte e estúdios de fotografia, bares, restaurantes, passeios educativos, eventos musicais, projetos de extensão universitária.

O papel estratégico do planejamento atende a capacidade de estimular transformações efetivas na organização espacial da cidade, adicionando os componentes de atração e de influência às estruturas urbanas melhoradas pela requalificação. Nos centros históricos

institucionalizados, o planejamento cria delimitações perimetrais ou poligonais das áreas a serem protegidas para fins de atuação direcionada, mas que acaba por promover a fragmentação arbitrária do espaço urbano, originando distanciamentos no contexto social que reforçam mecanismos de segregação. O que se observa no CHB é que as ações estratégicas de incentivo criaram espaços apropriados pela dinâmica empresarial local que investiu no setor gastronômico de alto padrão e do entretenimento ao invés de potencializar os espaços já apropriados pelos habitantes cujas atividades tendiam para os setores equivalentes.

As requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação de práticas participativas relacionadas ao patrimônio cultural. As que foram empreendidas no CHB fazem parte de um processo de valorização do espaço que vincula em seu escopo práticas participativas. No campo da Geografia, este estudo avança numa leitura sobre a produção do espaço urbano, pois considera sujeitos sociais, construções simbólicas e o patrimônio como estruturantes dos processos de produção da cidade. No campo do planejamento de forma mais ampla, este artigo abre espaço, por exemplo, para pensar os processos de gentrificação quando há apropriação de aspectos tradicionais da cultura. Dessa forma, objetiva-se analisar como as requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação de práticas participativas relacionadas ao patrimônio cultural.

METODOLOGIA

O objeto de estudo desta pesquisa são as estruturas urbanas requalificadas presentes no Centro Histórico de Belém (CHB). São praças, museus, ruas, igrejas e infraestrutura urbana pensadas para atender aos habitantes do CHB, bem como suas formas de atuação. Tais como o Complexo Feliz Lusitânia, Complexo do Ver-o-Peso, Praça Dom Pedro, Complexo do Carmo e alguns equipamentos dos bairros Campina e Reduto, além das ações culturais realizadas em bares, restaurantes, galerias, coletivos e praças.

Para tanto, foram realizados trabalhos de campo, entrevistas e produção cartográfica e fotográfica. No primeiro momento foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o recorte espacial. A busca documental reuniu objetivos, metas, programas, projetos e diretrizes que constituem a forma com a qual governos e planejadores definiram as intervenções no CHB. Foram utilizados os programas ArqGis e Google Earth para produzir uma cartografia da área estudada.

Os tipos de entrevistas utilizadas foram: Formulário de pesquisa de participação, que buscou identificar quais os espaços e atividades do Projeto Circular os sujeitos frequentavam

antes e após a realização do evento; Conversas, na forma de entrevistas com sujeitos de interesse à pesquisa. No conjunto total, foram identificados cinco grupos: a) participantes; b) parceiros; c) coordenação; d) conselho consultivo; e) moradores. Este artigo se dedica ao grupo b, parceiros. Com base nas entrevistas e conversas, atingimos a sistematização de dados primários que nos possibilitaram evidenciar os grupos sociais mobilizados pelo projeto.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico parte do entendimento sobre formas espaciais desenvolvido por Santos (1977; 2017); requalificação urbana por Solá-Morales (2001), Bonduki (2010), Villaça (1998) e Vainer *et al.* (2005); requalificação do CHB por Pereira (2013) e Silva & Amaral (2019); representações e significados do patrimônio cultural no contexto da requalificação por Sotratti (2010) e Fonseca (2005).

A pesquisa discute sobre as dinâmicas de produção do espaço do CHB a partir da efetivação do Projeto Circular, tendo em vista a práxis política das relações de reprodução do espaço e a carga simbólica impressa no patrimônio. Para tanto, apoiamos-nos em Tavares (2011), Penteadó (1968) e Figueiredo; Britto & Lima (2010) para desenvolver uma perspectiva de colonial sobre a colonização portuguesa na Amazônia – que promoveu intensas modificações na paisagem, instituindo centros urbanos que mais tarde ganharam formas de grandes aglomerados com expressão nacional e global.

Para contextualizar a formação e as atividades desenvolvidas pelo Projeto Circular, realizamos a leitura crítica dos materiais produzidos pelo projeto (Projeto Circular, 2019) e por Barros (2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resultados

O Projeto Circular e sua inserção no Centro Histórico de Belém

O Projeto Circular Campina-Cidade Velha iniciou em dezembro de 2013, objetivando criar atividades culturais para

melhorar a apropriação e a utilização das estruturas e edificações do Centro Histórico de Belém, subutilizadas sobretudo nos finais de semana, ao estimular a criação e o fortalecimento de empreendimentos culturais e associados, desenvolvendo uma economia criativa e solidária, bem como o potencial turístico da região (...) (Projeto Circular, 2019).

Seus objetivos específicos são promover atividades culturais no CHB e nos espaços integrantes do projeto; atuar na divulgação em redes e mídias sociais de atividades culturais



promovidas por grupos integrantes e parceiros do projeto; fomentar atividades educativas contínuas dos grupos parceiros; integrar entidades, coletivos e iniciativas ao poder público na intenção melhorar social e ambientalmente o Centro Histórico; e, a partir de iniciativas culturais, fomentar a economia criativa e solidária.

As atividades ocorrem nos bairros Campina, Cidade Velha, Reduto e Batista Campos, área que revela a expressiva centralidade do centro histórico, pois os objetos espaciais ali presentes condicionam o modo pelo qual se espacializam as ações – ao mesmo tempo em que as ações se fortalecem quando utilizam esses objetos estimuladas pelo discurso da preservação patrimonial.

Segundo Makiko Akaó, idealizadora do Projeto Circular, a elaboração e implementação do projeto se deu no início de 2014 com submissão à Lei Rouanet para captação de recursos, contanto com um plano de efetivação de três anos para desenvolver atividades ligadas ao circuito cultural de Belém, mas somente em 2015, após 7 edições do projeto os recursos financeiros foram concedidos. A artista plástica enfatiza o caráter participativo de elaboração e prática que o projeto estimula desde sua origem:

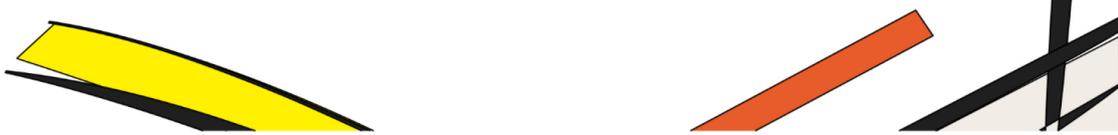
“foi muito legal essa experiência, eu acho porque, na realidade desde o início, de certa forma, ela foi um projeto de sociedade civil... foi uma coisa das pessoas, mesmo não sendo moradores, são pessoas que tinham... como é que se chama... empatia com o projeto, sabe? E que abraçaram o projeto, sabe? Isso foi um ganho, assim, maravilhoso...” (informação verbal).

O CHB vem ganhando outras dinâmicas por atuação do Projeto Circular, configurando novas relações entre os habitantes dos bairros onde ele acontece. Isto é, se no Centro Histórico relações referentes ao uso e apropriação do espaço pelo patrimônio são formadas sem que haja programas governamentais estruturados, pode-se imaginar que políticas e iniciativas concisas nesse sentido potencializam os diversos usos latentes do espaço.

As práticas desenvolvidas pelo Projeto Circular podem ser assim analisadas ao reconhecer as estruturas sociais e o espaço que se abre ao imprevisível: o devir do espaço sob a lógica patrimonial, tanto por sua institucionalização (espaço patrimonializado) quanto pela dimensão histórica do centro histórico, gesta a agência humana da experiência comunicativa. As estruturas espaciais se modificam e com elas as formas espaciais também se alteram (Santos, 2009), por isso os sujeitos não se organizam uniformemente no espaço, sua distribuição é resultado de determinações sociais características das exigências sociais estabelecidas historicamente no espaço.

Apropriação do espaço patrimonializado

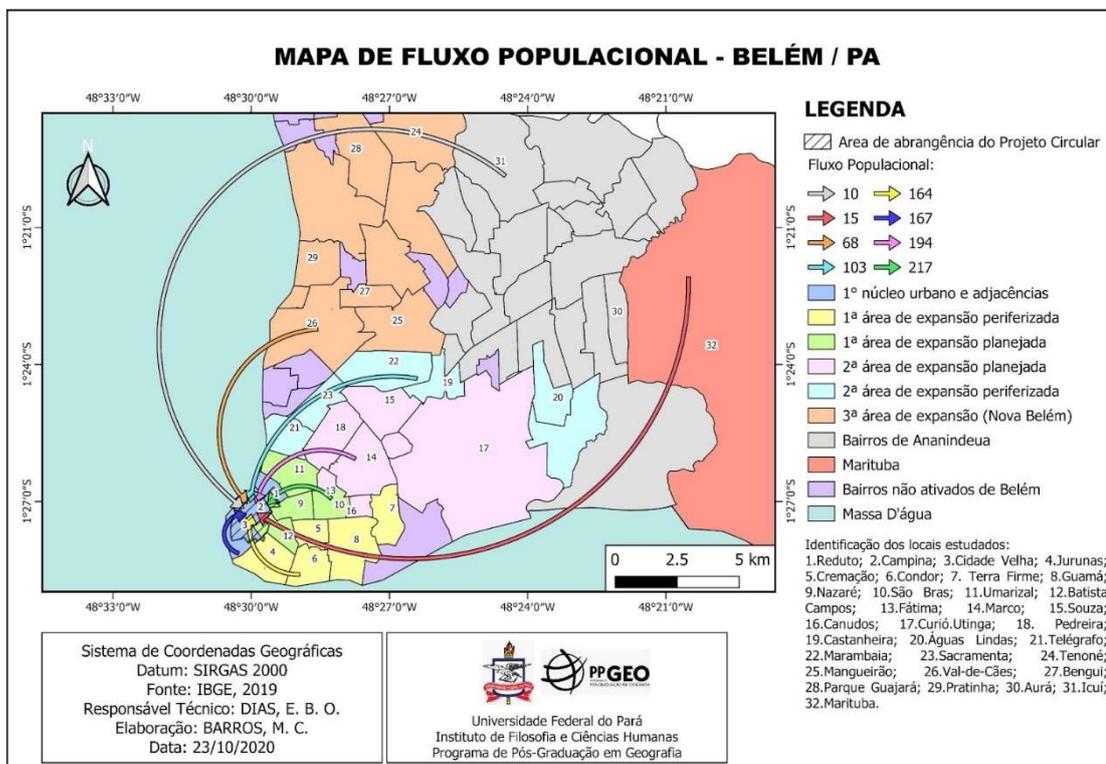
As estratégias de apropriação do espaço patrimonializado do CHB são identificadas tanto nos discursos quanto nas formas mais intrínsecas de produção do espaço urbano, uma vez





que as representações e significados do patrimônio cultural na requalificação assumem diferentes variações segundo o olhar dos diferentes agentes associados a tais espaços” (Sotratti, 2010, p.152). No entanto, devemos ser cautelosos ao considerar que a participação coletiva garante uma apropriação democrática do espaço, pois ela pressupõe o fortalecimento do princípio de comunidade face aos princípios do Estado e do mercado.

Alguns fatores influenciaram as mudanças ocorridas nos centros, a exemplo da atividade turística – que desenvolve demandas específicas relacionadas ao comércio, serviços e entretenimento. Em Belém, esse cenário é bem claro quando notamos a densidade dos fluxos de deslocamento de pessoas nas edições do Projeto Circular, como apresenta o Mapa 1. A concentração de objetos simbólicos para as ações de Educação Patrimonial permite que o Projeto Circular se espacialize ao nível de abrangência fora dos limites patrimoniais.



Mapa 1: Fluxo populacional ativado pelo Projeto Circular em 2020 – Belém. **Fonte:** Barros, 2021, 178.

As elites historicamente procuram se distinguir e beneficiar por seu poder de influência econômica ou política, então a cidade reflete esse movimento produzindo espaços forjados como seguros e com infraestrutura qualificada onde as camadas de alta renda se concentram, criando diferenças também espaciais. Vale ressaltar que é atual à atenção para a “decadência” do centro, a ideia da decadência vem acompanhada da saída das camadas de alta renda e da ocupação pelas camadas de baixa renda (Villaça, 1998), que configura maior parte da população. Logo os centros tradicionais não podem ser classificados como subutilizados ou

decadentes, pois sua centralidade permanece sendo exercida já que são ocupados e utilizados pela maioria da população dividida em grupos expressivos.

A requalificação urbana reúne em sua área de atuação equipamentos de representação histórica, cultural e política. Esses equipamentos dispõem de estratégias relacionadas à recuperação e valorização das identidades socioculturais locais, exercendo um controle sobre as formas de poder capazes de reelaborar essas próprias identidades. É nesse contexto que se efetiva o Projeto Circular.

Sujeitos envolvidos nas ações do Projeto Circular

O Projeto Circular constitui-se como uma forma de organização local que busca dialogar com as intervenções e requalificações urbanas do CHB. Sua relevância está no fato de que os efeitos causados por suas atividades, alimentam relações de solidariedade que residem nas fraturas dos constrangimentos cotidianos. Isto é, a má distribuição dos recursos força um uso solidário destes e aproxima relações com o espaço e com as pessoas. A manutenção das condições materiais de existência é imprescindível à plena apropriação e aos usos do espaço urbano. Assim, garantir o acesso aos espaços patrimonializados implica em manter as conexões simbólicas ativas, tanto para aqueles que habitam no centro histórico, quanto para os sujeitos que se apropriam ocasionalmente.

O discurso de Educação Patrimonial no contexto sócio-participativo expressa uma forma de não-controle do Estado sobre a apropriação. Isto é, equipamentos como museus, galerias e centros culturais cujo funcionamento é financiado pelo Estado ganham formas de apropriação não controladas por ele. As intervenções simbólicas e materiais no CHB revelam o exercício da cidadania que percebe o espaço e articula nele o direito ao uso e apropriação do patrimônio cultural. O exercício da cidadania é marcado pela gestão democrático do espaço.

O Mapa 2 identifica a espacialidade das ações com escopo em Educação Patrimonial. No campo da participação, os parceiros criam espaços simbólicos que estreitam as relações entre os sujeitos e o patrimônio. São espaços simbólicos caracterizados pelo “encontro entre a realidade material e a experiência criativa do sujeito, e reside na dimensão vivida do espaço” (Barros, 2021, p. 204).

No total são 13 parceiros que utilizam o espaço público a partir do discurso de educação patrimonial. Esse discurso substancia os usos do espaço patrimonializado no CHB por atestar legitimidade às relações sociedade ⇔ espaço, identidade ⇔ patrimônio, educação patrimonial ⇔ participação popular, compondo um conjunto de práticas intrínsecas à apropriação do espaço. O Projeto Circular garante legitimação às formas de uso ao passo que essas formas conferem



Imagens 3 e 4: Laboratório da Cidade. Fonte: Reprodução @labdacidade.



Imagens 5 e 6: Grupo de Desenho Urbano USK Belém. Fonte: Reprodução Facebook Urban Sketchers Belém.



Imagem 7: Roteiro Geo-Turístico. Fonte: Reprodução Facebook Roteiro Geo-Turístico da UFPA.



Imagens 8 e 9: Comitê Arte pela Vida. Fonte: Reprodução Instagram @comiteartepelavida.



Imagens 10 e 11: Coletivo Pedal Corujão. Fonte: Reprodução Facebook Circular Campina-Cidade Velha.

As ações propõem conteúdos relacionadas à educação ambiental (Projeto Verde Cidadão), dinâmicas sociais urbanas (Laboratório da Cidade), arte e cotidiano urbano (Grupo de Desenho Urbano USK BELÉM), educação patrimonial e turismo (Roteiros Geo-Turísticos), saúde e direitos humanos (Comitê Arte pela Vida), esporte e cidadania (Coletivo Pedal Corujão). É importante frisar que o Projeto Circular reúne, numa programação estruturada, ações que já ocorriam na cidade. Toda via, o Circular tem a capacidade de mobilização e de combinar atividades entre si, assumindo um papel de agregar e impulsionar formas de apropriação do espaço e de congregar diferentes sujeitos num espaço densamente produzido.

Dado que cada parceiro é estimulado a desenvolver temáticas educacionais em suas atividades, o uso do espaço patrimonializado é substanciado pela abordagem patrimonial. Ao patrimônio cultural é atribuída uma camada de significado forjada na partilha do bem comum. A apropriação do bem comum na experiência compartilhada permite aos sujeitos produzir um cotidiano em que o patrimônio é um lugar de partilha de tempos e de memórias, sensível à produção participativa da cidade e suas representações patrimoniais.

Discussão

Periodização da formação sócio-espacial do Centro Histórico de Belém



A colonização portuguesa fundou a cidade de Belém em 12 de janeiro de 1616. Teve como estratégia a construção de fortificações que representavam a força militar portuguesa em relação às populações indígenas. Associado ao mercado de açúcar, estava a comercialização das drogas do sertão, tais como cravo, canela, raízes aromáticas, anil, castanhas e salsa parrilha, além de ervas medicinais presentes de forma significativa na Amazônia. Tavares (2011) contextualiza este momento de inserção no território amazônico apontando a fundação das cidades de São Luís do Maranhão (1615), Belém (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665), onde os núcleos de posse territorial marcavam no espaço a política de fortificações.

O Forte do Castelo, as primeiras moradias, a atividade católica e o arruamento colonial são elementos importantes por marcarem a organização espacial colonizadora. Tais elementos constituem parte do patrimônio cultural protegido no CHB, todavia, sobretudo as referências portuguesas, integram o arcabouço patrimonial belenense graças ao processo de colonização estrategicamente segregador, que acaba por evidenciar políticas de patrimonialização igualmente segregadoras em que a seletividade na escolha a ser considerado patrimônio reproduz a lógica colonial de produção do espaço.

Teixeira (1995) expressa o início da formação socioespacial de Belém:

tornar os índios submissos, convertê-los ao cristianismo e fazer deles colaboradores, se custou muitas vidas aos conquistadores, aos índios custou a dizimação de sua raça, o aniquilamento de sua cultura, a perda da terra, e da identidade. Mais que tudo, custou-lhes a ignomínia e a infâmia da escravidão (Teixeira, 1995, p.11).

O custo a que se refere Teixeira (1995) é evidenciado no espaço amazônico por meio da arquitetura do passado e do colonialismo marcado nas relações sociais e econômicas desenvolvidas à época e resistentes atualmente. À luz de Santos (2017), entendemos que o custo da vida, do corpo e da organização espacial indígena (e mais tarde de caboclos, de negros e de ribeirinhos) está ligado ao “movimento comum da estrutura, da função e da forma” (Santos, 2017, p. 57), pois os objetos espaciais erguidos a partir do período colonial constituem-se como indícios ao processo de formação espacial de Belém e do centro histórico, cuja dinâmica socioeconômica suscita significados e ressignificações, especialmente ao patrimônio. Deste modo, “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmo sua própria explicação” (Santos, 2017, p. 58), pois assim seriam ignorados os processos que produziram as formas.

O núcleo inicial de Belém está localizado estrategicamente numa parte do território onde é possível a visualização da Baía do Guajará, que levou à intensa ocupação e controle da área. Com o desenvolvimento econômico e o “estímulo a miscigenação entre índios e portugueses “(...) a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e (...) a introdução de escravos

africanos para servir de mão de obra” (Tavares, 2011, p. 111), o núcleo inicial, conhecido como “cidade” durante o século XVII, apresentou aumento populacional e expansão territorial originando a “Campina”.

A presença africana na Amazônia, especialmente em Belém, caracteriza a reprodução do modelo de desenvolvimento colonizador, onde o aprisionamento do corpo e da cultura do sujeito possibilitaram a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), expressiva na economia amazônica e nacional. É notório o poder dos portugueses sobre o trabalho e a vida de africanos e indígenas. A associação desses sujeitos escravizados possibilitou diálogos (nem sempre harmônicos) entre as culturas. A herança africana na Amazônia é identificada nos elementos religiosos, vocabulário e na cultura alimentar. Na área de entorno do CHB encontramos a edificação referente à Irmandade do Rosário (Igreja do Rosário dos Homens Pretos) construída por negros escravizados.

Consolidação da área central

No século XVIII, a consolidação da produção agrícola, pecuária e do comércio internacional, cria uma relação direta do Pará com Portugal, tornando Belém importante entreposto comercial no que tange ao sistema de trocas de mercadorias. Com a assinatura do Tratado de Madrid, realizada em 13 de janeiro de 1750, chega em Belém o arquiteto Antônio Landi, integrando a Comissão Demarcadora de Limites, cuja intenção era criar uma infraestrutura urbana capaz de mascarar a precariedade existente entre o período colonial e o período da economia da borracha (Penteado, 1968). A significância de Antônio Landi está no “acervo arquitetônico de características neoclássicas absolutamente pioneira no Brasil, aonde aquele estilo só chegaria em 1816” (Teixeira, 1995, p. 14). Isso revela a expressividade de Belém no contexto global das relações econômicas.

A formação econômica e social da Amazônia tornou concreta a possibilidade de cidades como Belém (PA), São Luiz (MA) e Manaus (AM) terem ênfase econômica e social no final do século XIX, marcado pela exploração da borracha e pelo avanço dos modelos fabris de desenvolvimento. conforme destaca Santos (1977, p. 85. Grifo do original): “o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada”. As diferenças entre os centros históricos destas cidades se deram tanto pelo contexto local de organização social, quanto pelas relações internacionais estabelecidas durante o período colonial e reforçadas no período da economia gomífera.

A base territorial do CHB está sedimentada no modelo colonial de desenvolvimento, cujas características se reafirmaram no século XIX quando a “economia da borracha na Amazônia embora seja propagada como um período áureo, na verdade não enriqueceu a região,

pois o excedente do valor produzido localizava-se nas pontas do sistema” (Tavares, 2011, p.114). Apesar de Belém ser um dos destinos de parte do capital investido, os grupos sociais beneficiados foram o clero, principalmente pelas reformas e construções de igrejas; o Estado, pela concentração fiscal e construção de grandes empreendimentos arquitetônicos; e a ascendente burguesia, caracterizada por fazendeiros, ou “barões da borracha”.

Os grupos enriquecidos com a exploração econômica do látex direcionaram a organização espacial e social da cidade de modo que o centro exercesse não somente sua centralidade, mas intensificasse a segregação de sujeitos historicamente excluídos, como negros, indígenas e empobrecidos economicamente, além daqueles praticantes de religiões não hegemônicas. A partir de Sarges (2010) notamos dois momentos de mudanças urbanas estratégicas: uma direcionada às formas espaciais da cidade e outra relacionada à ideia de urbano. Como discurso, o conjunto de gestos precisos assegura a transmissão da coisa patrimonial pela ordem simbólica. Como mercadoria, o valor de uso e o valor de troca nos permite pensar sobre o par dialético “preservação” e “mercantilização”.

Quanto às formas espaciais, o fluxo econômico criado pela exploração do látex contribuiu para a reorganização do espaço urbano em função do mercado. Esse movimento materializa na cidade edificações como Teatro da Paz, Palacete Bolonha, Mercado Municipal do Ver-o-Peso, Palacete Pinho, instituições bancárias, companhias seguradoras ligadas ao sistema financeiro e instalação de linhas de bondes elétricos. “A *Belle Époque* imprimia a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle de hábitos da população” (Sarges, 2010, p. 155) destinando à área central serviços de ordem econômica e cultural e criando áreas periféricas reservadas à população empobrecida.

A forma de produção capitalista do final do século XIX absorve os excedentes acumulados pelo mundo nos séculos anteriores ao passo que os expandiu. Tal excedente pode assumir algumas formas: excesso de dinheiro (ou crédito) ou profusão de mercadorias disponíveis. Em Belém, esses excedentes são assumidos pela elite intelectual formada na Europa que ao regressar abandona a postura aristocrática para incorporar noções do liberalismo econômico. Para Sarges (2010):

Com a economia gomífera, dá-se o fim das estruturas escravistas e a Amazônia passou a se integrar aos mecanismos de poder do sistema capitalista internacional. A aristocracia agrária e os comerciantes vão se agregar aos novos projetos do Estado Novo. (Sarges, 2010, p. 84).

Apesar da autora consolidar o fim de estruturas escravistas, práticas análogas eram comumente praticadas, a exemplo do sistema de aviamento – amplamente difundido para



urbanização, produção, circulação, consumo e estrutura de poder baseado no endividamento da população trabalhadora a partir de um sistema de crédito (Tavares, 2011). Nesse sentido, a configuração urbana de Belém caracteriza-se pela

(...) instalação de asilos, hospícios, leprosários e cemitérios na periferia da cidade; implantação de infraestrutura urbana, como: ajardinamento, linha de bondes, telefones, energia elétrica, rede de esgoto, abertura de vias largas, novos bairros e a construção do Teatro da Paz (rugosidade espacial deste período). A população da capital e do estado cresce três vezes mais em um período de pouco mais de quatro décadas (1872/1910). (Tavares, 2008, p. 66).

A presença dessas instituições indica não somente o processo de urbanização promovido pela concentração de capital, mas integra o movimento de municipalização ocorrido na Amazônia a partir de 1894. Assim, a criação de municípios no interior do Pará e a instalação de instituições municipais em Belém revela a expansão espacial da economia da borracha e, mais além, a gestação da sociedade urbana na soma das continuidades das mudanças sociais.

Nesse contexto, o núcleo urbano inicial da cidade recebe influência da arquitetura modernista, na forma de edificações e empregando elementos modernos nos edifícios já construídos. É nesse momento que ocorre o tombamento individual de alguns monumentos, tais como Igreja da Sé, Igreja das Mercês, Igreja e Convento Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Santo Alexandre e Igreja de São João Batista (IPHAN). O tombamento desses bens revela uma postura excludente daqueles interessados na preservação da memória coletiva nacional, muito porque estavam ligados ao movimento que instaurou o Estado Novo, em 1937, onde o discurso da história nacional se preocupa em afirmar o poder elitista-colonizador apagando ou diminuindo a presença indígena e negra da história e no espaço (Fonseca, 2005).

O Centro Histórico de Belém no contexto das requalificações urbanas

Consideramos inicialmente que as requalificações urbanas representam um processo de valorização do espaço vinculado às práticas participativas. Isso nos permite pensar o centro histórico como parte da totalidade de objetos pretéritos que expressam um sistema de objetos indissociáveis de um sistema de ações (Santos, 2017) intimamente relacionado à produção do espaço da cidade.

A requalificação urbana atualmente como uma estratégia de proteção do patrimônio cultural e para o desenvolvimento de políticas públicas objetiva, de modo geral, provocar o interesse capitalista por oportunidades e usos diversos em espaços de potencial histórico-cultural, por meio da “refuncionalização estratégica, o patrimônio requalificado se alia aos interesses do consumo e do mercado imobiliário, tornando-se um símbolo do sucesso do empreendimento” (Sotratti, 2010, p.139). Somada às mudanças urbanas relacionadas ao

no momento capitalista de estruturação das cidades, os processos de requalificação urbana são reflexos das transformações ocorridas nas grandes cidades do mundo.

O papel estratégico do planejamento atende a capacidade de estimular transformações efetivas na organização espacial da cidade, adicionando os componentes de atração e influência às estruturas urbanas melhoradas pela requalificação. Nos centros históricos institucionalizados, o planejamento cria delimitações perimetrais ou poligonais das áreas a serem protegidas para fins de atuação direcionada, mas que acaba por promover a fragmentação arbitrária do espaço urbano, originando distanciamentos no contexto social que reforçam mecanismos de segregação. O que se observa no Centro Histórico de Belém são ações estratégicas de incentivo à criação de espaços apropriados pela dinâmica empresarial local que investiu no setor gastronômico de alto padrão e do entretenimento ao invés de potencializar os espaços já apropriados pelos habitantes cujas atividades tendiam para setores equivalentes.

Pereira (2013) considera que há recortes do CHB onde o uso e apropriação são diferenciados, principalmente na escala do planejamento urbano. Seus trabalhos sobre os usos e apropriações do Complexo do Carmo indicam um distanciamento das políticas públicas de planejamento para esta área e adjacências em relação ao investimento realizado no Complexo Feliz Lusitânia, provocando uma precarização das relações com o espaço e com o patrimônio cultural. Nesse sentido, as estratégias de requalificação urbana constroem uma imagem de diversidade cultural que exclui da paisagem as desigualdades sociais, as violências urbanas e os sujeitos marginalizados gerando um espaço fragmentado - sem fazer desaparecer, no entanto, expressões das desigualdades sociais.

Solá-Morales (2001) ressalta que o primeiro passo para uma requalificação urbana é analisar a importância simbólica e arquitetônica das áreas de interesse histórico-cultural local para então definir a política urbana de intervenção adequada. Entendemos que apreciação histórica, valor da memória e qualidade estético-arquitetônica são importantes, sobretudo nos centros históricos, por revelarem não somente a simultaneidade da cidade, como também a centralidade que exercem no contexto socioespacial.

No que diz respeito às funções, deve-se levar em conta a diversidade contemporânea e reforçar a centralidade destas áreas. No caso dos centros históricos, a centralidade não se desfez, mas mudou de foco. Se antes concentrava as principais atividades e um sistema de objetos responsável por impulsionar a expansão urbana, hoje verticaliza atividades que mantêm a configuração socioespacial e as rugosidades espaciais. A função útil do patrimônio aparece como esteio do processo de refuncionalização, muito embora a maioria dos projetos efetivados em Belém exerçam função museal.

As décadas de 1960 a 1980 foram marcadas pela reorganização institucional dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio local em Belém. Foram empreendidas políticas de preservação, valorização e intensificação do turismo cultural, incorporando às listas de bens com interesse à preservação conjuntos urbanos. Até o momento, haviam sido tombados pelo IPHAN o Conjunto Arquitetônico Cemitério Nossa Senhora da Soledade e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Praça Frei Caetano Brandão, em 1964, na esteira das transformações discursivas a respeito do patrimônio nacional. Esse movimento em Belém é essencial para delimitar a importância do centro histórico.

Em 1976, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ver-o-Peso é tombado, inaugurando um novo entendimento acerca da ideia de patrimônio cultural para o Estado. Em 1990, o Pará criou a Lei nº 5.629/90, que trata da preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado, submetido ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), da Secretaria de Cultura. Com isso, diversos objetos são tombados em Belém: Palacete Bolonha, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Residência do Governamental Estadual, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Mercado de São Braz e Caixa D'água de Ferro, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Acervos e Coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi (Figueiredo, Britto & Lima., 2010).

Apesar desses tombamentos expressarem algum tipo de diversidade monumental, a temática de sua preservação ainda reproduz aspectos colonizadores, principalmente por haver muitos mais bens ligados à identidade da elite econômica do que alusivos aos povos tradicionais ou diaspóricos. Isso implica que a requalificação urbana ainda guarda muito de colonizações contemporâneas.

As estratégias de requalificação urbana do CHB iniciaram em 1990, a partir da inauguração do projeto “Feliz Lusitânia”, em setembro de 1998. Segundo o relatório de implementação, o recorte espacial adotado como área de intervenção compreende o núcleo inicial de formação da cidade. Outro projeto de requalificação foi a construção da Estação das Docas, em maio de 2000, cujo objetivo era refuncionalizar a área portuária da cidade. Ambos os projetos foram desenvolvidos pela Secretaria Executiva de Cultura, vinculada ao Governo do Estado do Pará, que produziram uma perspectiva de desenvolvimento vinculada ao lazer, turismo e cultura, onde os principais usos são o consumo do espaço e a comercialização de bens e serviços justificados pela capacidade de provocar competitividade financeira local e atração de pessoas. Embora tenham apresentado efeitos positivos do ponto de vista institucional,

verificamos resultados ambíguos quando analisamos as transformações do espaço requalificado.

O primeiro ponto refere-se ao discurso que sustentou a implantação desses projetos; ele tem sido reproduzido há muito tempo, como coloca Silva & Amaral (2019):

Durante e após a ditadura, houve uma intensa “antipropaganda” do Centro-Histórico de Belém, produzindo sentimentos de crise (VAINER, 2005), por meio, principalmente, das mídias. Os discursos principiavam a ideia de “abandono”, amparados pelo sentido de perda identitária por causa da degradação do patrimônio histórico, e da necessidade “urgente” de reformas e de “revitalização” (Silva & Amaral, 2019, p. 44-45).

Pesquisas sobre as requalificações no CHB evidenciam que o uso e apropriação por parte da população, dos turistas, dos empresários e do Estado, geraram efeitos concernentes ou não com o planejamento institucional. Isso implica diretamente na maneira como se enxerga o patrimônio: ora o Estado (junto ao capital privado) sustenta um discurso de conservação que compõe uma imagem capenga do patrimônio – estimulando principalmente a ideia da perda – para agir sob seus próprios métodos, ora o uso e apropriação social do espaço se dá pelo fortalecimento da relação Centro Histórico com a cidade, como no caso das ações participativas.

As estratégias de requalificação urbana instituídas pelo Estado passaram a ser pontuais nos últimos anos, pois parece ser mais vantajoso estabelecer parcerias público privadas, por meio de concessões de uso, que garantem a propriedade estatal ao passo que submete a administração, uso e função ao capital e ao interesse privados. Desconfigurando o argumento de a preservação do patrimônio atender o interesse coletivo, pois simboliza a identidade socioespacial. Logo, foi preciso construir outro argumento. Entendemos que as mudanças referentes à apropriação urbana tencionam esse emergente argumento.

A gestão e o controle dos espaços patrimonializados submetidos à requalificação urbana de interesse do capital privado tendem a reproduzir o discurso do esvaziamento, da insegurança relacionada à circulação/mobilidade e urgente preservação das áreas centrais históricas. As estratégias de requalificação têm refletido motivações políticas e privadas/individuais na utilização desses espaços. A lógica da empresa privada passa a regular o planejamento urbano e regional quando tais estratégias visam competitividade, eficiência e acumulação de capital (Sánchez, 2004) – que só é possível quando o objeto patrimonializado passa a gerar receita por meio do uso comercial. Nesse sentido, planejamento estratégico, competitividade, intervenções pontuais, marketing urbano, parcerias público-privadas são algumas das medidas adotadas pelos planejadores urbanos (Sánchez, 2004) ao integrar os centros históricos na lógica da formamercadoria de valorização mundial.



Outro exemplo de requalificação no CHB foi o Projeto Monumenta. De acordo com Bonduki (2010), o projeto levou em consideração a avaliação econômica no restauro e reabilitação do patrimônio:

Através da construção de um cenário de avaliação econômica, buscava-se calcular o retorno que poderia ser gerado pelas intervenções. (...) A perspectiva era demonstrar que o investimento podia gerar um retorno financeiro ou um impacto capaz de garantir a manutenção futura do patrimônio da cidade (Bonduki, 2010, p. 46).

Os projetos de requalificação no CHB seguem um modelo tradicional de intervenção em setores marítimos, que se utiliza da frente marítima para potencializar a “vista” como mercadoria e o cotidiano associado ao consumo de bens e serviços envoltos pelo discurso da apropriação do patrimônio reabilitado. É importante frisar que o envolvimento da população local na implementação dos projetos foi quase nulo (Vainer *et al.*, 2005).

O contexto em que se insere o Projeto Circular assimila a requalificação urbana a partir da refuncionalização estratégica do patrimônio (Sotratti, 2010), voltado principalmente para o consumo do/no espaço. A principal característica desse processo são as operações urbanas consorciadas – sofisticadas modalidades de parceria público-privada na forma de instrumentos de planejamento urbano estabelecidos pelo Estatuto da Cidade desde 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Circular é um exemplo das atividades que diferenciam as estratégias de requalificação do CHB de outros centros históricos brasileiros, pois o patrimônio não representa apenas uma nova possibilidade de acumulação de capital, mas também a oportunidade de ressignificar as estruturas urbanas para instalar nelas novas funções e usos voltadas, em grande medida, às funções econômicas ligadas ao consumo, associadas ao lazer, cultura e entretenimento, tudo isso intimamente vinculado com as estratégias de participação popular no que tange o uso do espaço urbano. Portanto, situar o Projeto Circular num contexto em que as parcerias público-privado se dão em diferentes escalas permite observar o Projeto pelo prisma da promoção, direta ou indiretamente e em menor ou maior grau de interesse imobiliário, ações que partem da articulação com microempreendedores, estabelecimentos familiares, empreendedorismo feminino, sujeitos negros e indígenas.

O atual contexto no campo do planejamento urbano é marcado pela potencialidade crescente da intervenção cidadã por meio da participação social, além disso o conflito com o tradicional conhecimento técnico nos processos de tomada de decisão não é exclusivo desse campo, pois muitas práticas de participação acabam reproduzindo essa contraditória

articulação. Esta última, relaciona-se também à complexificação da vida social e da economia modernas e suas conseqüentes racionalizações. As democracias modernas convivem com a problemática residente na relação entre o saber especialista e a participação social, e que todos os campos que estudam a produção do espaço têm como tema.

De fato, por conta da complexidade técnica e social da vida contemporânea, dos projetos, políticas e dos programas urbanos, um grau significativo de entendimento é exigido tanto das pessoas quanto das representações políticas para que uma efetiva participação seja viável nos processos de tomada de decisão. Ora, se tais sujeitos encontram dificuldade em entender ou realizar julgamentos complexos relativos aos temas que atravessam suas vidas cotidianas, temos potencialmente um obstáculo no que tange a aplicabilidade da democracia e da participação social na produção do espaço urbano. É claro, no entanto, que não há parcialidade nas soluções para a divergência e diversidade de interesses sociais, sobretudo quando são envolvidos processos de mercantilização do conhecimento, impulsionado e escamoteado pelo discurso técnico/especialista que subordinam os interesses coletivos aos interesses corporativos nos processos decisórios.

Em suma, as requalificações urbanas empreendidas no CHB possibilitaram a efetivação de práticas participativas relacionadas ao patrimônio cultural. As requalificações urbanas empreendidas no Centro Histórico de Belém fazem parte de um processo de valorização do espaço que vincula em seu escopo práticas participativas. No campo da Geografia, este estudo avança numa leitura sobre a produção do espaço urbano, pois considera sujeitos sociais, construções simbólicas e o patrimônio como estruturantes dos processos de produção da cidade. A pesquisa direciona-se às dinâmicas de produção do espaço do CHB a partir da efetivação do Projeto Circular, tendo em vista a práxis política das relações de reprodução do espaço e a carga simbólica impressa no patrimônio. No campo do planejamento de forma mais ampla, este artigo abre espaço, por exemplo, para pensar os processos de gentrificação quando há apropriação de aspectos tradicionais da cultura.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. C. PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no centro histórico de Belém. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan, 2010. 376 p. (Programa Monumenta).



FIGUEIREDO, A. M. de.; BRITTO, R. M. de.; LIMA, M. D. de. (orgs.) **PEDRA & ALMA: 30 anos do IPHAN no Pará.** Belém: IPHAN (PA), 2010.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará:** estudos de geografia urbana. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1968.

PEREIRA, N. S. S. Apropriação e os diversos usos do patrimônio cultural no complexo do Carmo, Belém-Pará. **Trabalho de Conclusão de Curso** – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará. 2013.

PROJETO CIRCULAR. <http://www.projetocircular.com.br/>. Acesso em Ago. de 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. Ed. – São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço:** a formação social como teoria e como método. Traduzido do francês por Maria Encarnação Vasquez Beltrão e revisado por Max Henri Boudin. 54: 81-100, junho de 1977.

SARGES, M. de N. **Belém, Riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912).** Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, F. G. A. da.; AMARAL, M. D. B. Uma análise das múltiplas territorialidades do núcleo da Cidade de Mairi-Belém. In: TAVARES, M. G. da C.; SERRA, H. R. H.; PACHECO, A. S. (orgs.) **Geografia, patrimônio & turismo na Amazônia brasileira:** Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará. Belém: Pró-Reitoria de Extensão/UFPA, 2019.

SOLÀ-MORALES, M de. Ações Estratégicas de Reforço do Centro. In: Associação Viva o Centro. **Os Centros das Metrôpoles:** reflexões e propostas para a cidade democrática do séc. XIX. São Paulo: Editora Terceiro Nome/Viva o Centro/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SOTRATTI, M. A. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do centro histórico de Salvador – Pelourinho. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (orgs). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

TAVARES. M. G. da C. A Formação Territorial Do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83.

TAVARES. M. G. da C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

TEIXEIRA, R. (Org.). **Belém do Pará.** São Paulo: Hanburg, 1995.

VAINER, C. et al. Grandes intervenções nas metrópoles brasileiras: Um Contraponto entre os Projetos Ver-o-Peso e Estação das Docas em Belém do Pará. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 11, 2005, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpur, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.